

Quantos atravessamentos cabem na pesquisa? Pensando subjetividades, interseccionalidades e limites da escrita etnográfica¹

Simone Mestre

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Palavras-chave: etnografia; escrita etnográfica; atravessamentos

Início esta exposição pontuando que as reflexões aqui apresentadas possuem um caráter fundamentalmente ensaístico. Longe de pretender uma teorização exaustiva ou um diálogo denso com a literatura, proponho um exercício reflexivo sobre os “atravessamentos” da escrita etnográfica. Interessa-me compartilhar, sobretudo, como percebo as subjetividades e interseccionalidades ao longo do meu percurso de pesquisa, e como a própria escrita etnográfica e seus limites foram desenhando-se na minha experiência acadêmica. Serei breve, ciente de que as intuições aqui compartilhadas são sementes que ainda pretendo plantar.

Se procurarmos no dicionário online² o significado da palavra “atravessamento”, chegaremos à seguinte definição: “substantivo masculino; ato ou efeito de atravessar, de passar através de; traspassamento; ação de atravessar um local de um lado ao outro; travessia; etimologia (origem da palavra atravessamento): atravessar + mento”. Por uma questão de curiosidade, quis verificar se essa palavra se encontrava no meu minidicionário³ impresso – meu velho e grande amigo desde a Graduação, quando meu acesso à internet para realizar pesquisas ainda não era tão fácil. Sem falar que, naquela época (lá pelos anos de 2010 a 2016), não se utilizava tanto a internet pelo celular como nos dias de hoje. Eu, particularmente, considerava mais fácil acessar o dicionário físico do que ligar o computador.

Instigada pela curiosidade, consultei as páginas do dicionário em busca de encontrar um significado diferente ou complementar, mas não encontrei a palavra “atravessamento”, e sim a palavra “atravessar”, que era definida como: “v. t. passar através de, por entre ou através, traspasar” (BUENO, 2007, p. 100). Nessa consulta, também me chamou a atenção a definição de “atravessadiço”: “que se atravessa, que se opõe”.

¹Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

²Utilizei o site www.dicio.com.br.

³BUENO, Silveira. Minidicionário da Língua Portuguesa. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007.

Trago esses significados para que possamos refletir sobre seus sentidos físicos e figurados, e sobre como eles se expressam na pesquisa e na escrita. Para tanto, tomo como ponto de partida a minha experiência de mais de dez anos na construção de etnografias, visando responder à pergunta-provocação presente no título do texto: quantos atravessamentos cabem na pesquisa?

Por essa razão, antecipando em parte a resposta à questão apresentada, utilizarei a palavra “atravessamentos” com ênfase no plural, que, neste trabalho, assume um significado central e específico para a reflexão sobre a escrita etnográfica. Aqui, o termo é mobilizado em seus sentidos de passar, transpor e cruzar. Parte-se do entendimento de que, ao desenvolver uma pesquisa etnográfica, busca-se, em certa medida, “passar” a viver o mundo do/a outro/a, transpondo para a escrita significados, experiências e percepções situados sobre determinados grupos ou realidades sociais, e sobre si mesmo.

É importante mencionar que a escrita e pesquisa não são procedimentos dicotomizados, como insistem alguns pesquisadores/es que pactuam de uma visão tradicional de pensar a pesquisa em etapas fragmentadas, colocando o trabalho de campo como o momento exclusivo de coleta de dados e a escrita restrita à etapa posterior, dedicada apenas à interpretação do material coletado.

Na prática etnográfica, o ato de pesquisar – no sentido de ir ao campo – e o ato de escrever são processos conjuntos e inseparáveis. Eles caminham lado a lado, embora não sejam a mesma coisa, considerando que registrar impressões no diário de campo é totalmente diferente de projetar a escrita final do trabalho. Por isso, a palavra “atravessamento” surge como uma excelente metáfora para pensarmos a sinestesia que se ilustra nessa escrita atravessada e feita de atravessamentos no “fazer etnográfico” como um processo complexo de transformação da pessoa pesquisadora, a que James Clifford chama de construção da “autoridade etnográfica”. Portanto, os processos de pesquisa e de escrita andam juntos, como argumenta o autor ao afirmar:

Analizando esta complexa transformação, deve-se ter em mente o fato de que a etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita. Esta escrita inclui, no mínimo, uma tradução da experiência para a forma textual. O processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor. Em resposta a estas forças, a escrita etnográfica encena uma estratégia específica de autoridade. Essa estratégia tem classicamente envolvido uma afirmação, não questionada, no sentido de aparecer como a provedora da verdade no texto (Clifford, 2002, p. 21).

Conforme ilustra Clifford, a/o etnógrafa/o não possui controle total sobre o que escreve, nem sobre o significado final da sua obra. Além disso, seu exercício de escrita será moldado por forças externas e internas que a/o atravessam. Dessa forma, os atravessamentos que moldam a pesquisa emergem de diversas frentes. Eles englobam desde as condições estruturais para a escrita aos processos de interpretação para construção da autoridade etnográfica.

Logo, o processo de escrita etnográfica constitui-se a partir do cruzamento de múltiplos marcadores sociais da diferença – como gênero, raça, classe, sexualidade, geração e território –, que atravessam tanto as/os interlocutoras/es da pesquisa quanto as/os pesquisadoras/es. Assim, a etnografia torna-se um espaço de produção de subjetividades interseccionadas, no qual as posições sociais, os regimes de poder e as assimetrias estruturais incidem diretamente sobre o olhar, a escuta e a narrativa.

Esses regimes de poder ditam, inclusive, os atravessamentos da escrita de cada sujeito, revelando a necessidade de pensarmos a partir de uma perspectiva interseccional. Vou citar alguns exemplos. A experiência de escrita etnográfica de uma pessoa de origem popular distancia-se drasticamente daquela de alguém da classe média. Enquanto a primeira frequentemente provém de uma formação precarizada na rede pública, enfrentando o desafio de dominar a norma-padrão acadêmica e a necessidade de conciliar os estudos com as demandas laborais e familiares – como foi o meu caso –, a segunda desfruta de acesso a instituições de elite, dedicação exclusiva e de capitais social e cultural.

Sob essa mesma ótica interseccional, tornam-se evidentes as disparidades de gênero na produção textual. Para as mulheres, o ato de escrever configura-se como um espaço de disputa em uma sociedade patriarcal, haja vista que a língua não é neutra, mas sim um dispositivo que reflete e perpetua o machismo estrutural. Esse cenário complexifica-se ao interseccionar a categoria de raça: pesquisadoras/es negras/os carregam o estigma de um racismo impregnado nas instituições, que dita desde a invisibilização de seus saberes até a projeção limitadora em virtude do pacto da branquitude (Bento, 2022).

Com esses exemplos, quero tocar em feridas metodológicas cruciais e que, poucas vezes, são consideradas ou debatidas. Temos na Academia em geral um hábito eurocêntrico e classista de pensar o processo de escrita puramente na abstração, ou seja, debatemos a escrita em termos teóricos, mas, na prática, não ensinamos a escrever, tampouco debatemos o processo de desenvolvimento da escrita, muitas vezes visto como um processo inato, fácil e neutro. Esse

cenário produz contrastes. De um lado, há quem recorra a um vocabulário excessivamente rebuscado, transformando a construção textual em uma alegoria hermética e enigmática. De outro lado, há pesquisadores que ainda enfrentam o impasse metodológico de como transpor para o papel aquilo que foi vivenciado e observado em campo. Além desses e outros contrastes, temos ainda, os dilemas de tentar compreender se existe um jeito certo de escrever. Onde terminam as normas da Academia e onde começam os limites da experimentação? Quais seriam as fronteiras e os limites éticos-criativos para a experimentação na escrita etnográfica?

Embora essas questões sejam conflituosas e não comportem uma resposta única ou correta, abrindo espaço para um amplo debate, elas são ocultadas nos processos acadêmicos avaliativos, posto que a avaliação da escrita existe, assim como os argumentos daqueles que classificam qualidade da escrita etnográfica. Lembro-me de quando, na qualificação do Doutorado, um membro da banca, uma mulher sudestina, branca de classe média, criticou meu estilo textual sob a justificativa de que ele seria “excessivamente pedagógico”. Em uma estrutura universitária que frequentemente confunde erudição com incompreensibilidade, a busca por uma escrita acessível e didática é ironicamente recebida como um demérito. No contexto citado, fui criticada por me recusar a produzir o hermetismo elitista. Naquele exato momento, surgiu uma indagação: o que é uma escrita ‘excessivamente pedagógica’ e o que haveria de errado nela? Abordarei essa questão mais adiante, mas quero, agora, avançar para a conceituação do que chamo de escrita etnográfica situada.

Embora o exercício de se localizar nas descrições seja uma das premissas fundamentais da etnografia – a qual pressupõe que a pessoa pesquisadora se localize ao textualizar sua pesquisa, conferindo corpo simbólico às relações estabelecidas entre o ‘eu’ e o ‘outro’ e operando o clássico exercício de estranhar o familiar –, busco aqui radicalizar esse conceito. Quero frisar a palavra “situada” para demonstrar como a interseccionalidade atua como um espaço incontornável de produção de subjetividade e de disputas políticas no texto. No meu caso, isso se estabelece pela intersecção entre gênero, classe e raça.

Chamo de “escrita etnográfica situada” o movimento pelo qual o meu processo de subjetivação enquanto pesquisadora se assume localizado e inseparável do texto. É o ponto exato onde a interseccionalidade grita na escrita etnográfica: as marcas de gênero, raça e classe não são notas de rodapé, mas os eixos estruturantes que ditam o que vejo e como escrevo. Essa perspectiva desenha-se a partir da confluência (Bispo, 2023) de aprendizados adquiridos na minha experiência pessoal e por meio da internalização dos seguintes conceitos: pedagogia

engajada (cf. hooks, 2020); escrevivência (cf. Evaristo, 2020); escrita de si (cf. Rago, 2013); autodefinição (cf. Collins, 2016; 2019); e saberes localizados (cf. Haraway, 1995).

Quero fazer um breve adendo quanto ao conceito de escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo. Minha intenção ao trazê-lo é pontuar a profundidade de sua influência em minha prática como etnógrafa negra. Vale resgatar, no entanto, que aproximar essa referência não significa tomar a escrevivência como sinônimo de escrita etnográfica; são exercícios distintos, dotados de complexidades próprias e que carecem de um espaço oportuno para serem dialogadas.

Esse arcabouço teórico me ajudou a entender e de que, desde que eu não perca de vista a seriedade e o rigor metodológico, o empreendimento de expressar minha subjetividade por meio da produção acadêmica não torna meu trabalho menos científico, nem menos antropológico ou sociológico. Pelo contrário: torna-o honestamente situado a partir de um ponto de vista feminista negro. Nesse sentido, as epistemologias feministas negras contribuem decisivamente para o desenvolvimento da reflexão acadêmica, considerando que podemos nos beneficiar:

da literatura multidisciplinar que denomino pensamento feminista negro, precisamente porque para muitas mulheres intelectuais afro-americanas a “marginalidade” tem sido um estímulo à criatividade. Como outsiders within, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um status de outsider within ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas (Collins, 2016, p. 101).

Por isso, advogo por uma escrita acadêmica que tenha como elementos constitutivos o reconhecimento dos saberes dos grupos estudados e uma preocupação em elaborar uma leitura acessível em termos didáticos. Em outras palavras, defendo que busquemos falar para fora de nossas bolhas, escrever para que todos possam ler, e não somente nossos pares. Trata-se de um ato de romper com a reprodução de uma escrita ocidental, ou o que bell hooks (2020) chama de “língua do opressor”, logo colonial. No lugar desta, podemos ceder espaço para compartilhar ou ressignificar a linguagem que aprendemos em nossas experiências, por meio das seguintes estratégias:

Reconhecer que através da língua nós tocamos uns nos outros parece particularmente difícil numa sociedade que gostaria de nos fazer crer que não há dignidade na experiência da paixão, que sentir profundamente é marca de

inferioridade, pois dentro do dualismo do pensamento metafísico ocidental, as ideias são sempre mais importantes que a língua. Para curar a cisão entre mente e corpo, nós, povos marginalizados e oprimidos, tentamos resgatar a nós mesmos e as nossas experiências através da língua [...] Quando preciso dizer palavras que não se limitam a simplesmente espelhar a realidade dominante ou se referir a ela, falo o vernáculo negro. Aí, nesse lugar, obrigamos o inglês a fazer o que queremos que ele faça. Tomamos a linguagem do opressor e voltamo-la contra si mesma. Fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, libertando-nos por meio da língua (hooks, 2020, p. 233).

Nesse argumento, hooks demonstra que pessoas como eu, de origem pobre, negra e mulher, quando escrevem e nominam um código linguístico feito para excluir grupos historicamente marginalizados, realizam um ato de sabotagem poética e política, pois a língua não é apenas um código neutro para transmitir informações, mas sim uma arma de dominação ou de libertação. Retomando questões anteriores, sobre “escrita excessivamente pedagógica” e o que haveria de errado nela, cumpre sublinhar que, enquanto pesquisadora negra e de origem popular, a escolha por não ocultar minha subjetividade e por construir um texto acessível configura-se como uma rejeição consciente ao roteiro colonial. Essa postura não decorre de uma suposta dificuldade em dominar os códigos textuais rebuscados e herméticos da Academia, visto que incorporei esse capital cultural ao longo de toda a minha formação universitária.

Compreendo que a escrita pedagógica, mesmo que “excessiva”, consiste no compromisso de tornar o conhecimento inteligível e acessível. Não há qualquer demérito nesse processo. A aversão a esse estilo textual manifesta-se prioritariamente naqueles que historicamente desfrutaram dos privilégios de classe e da branquitude, perpetuando o elitismo acadêmico.

Cabe tecer uma consideração fundamental sobre a relação entre escrita e língua, pois, embora ambas sejam formas de expressão profundamente interligadas, elas operam de formas diferentes. A maneira como falamos não é a mesma com a qual escrevemos, o que por si só já ilustra uma dinâmica complexa, principalmente para grupos historicamente discriminados. Podemos usar como exemplo o conceito de ‘pretoguês’, cunhado por Lélia Gonzalez. Grande parte dos pesquisadores negros – grupo no qual me incluo – fala o pretoguês com seus sotaques regionais, mas escreve em português. Eu mesma, por exemplo, falo “cantandu” e escrevo “cantando”. Qual seria a forma correta? Ambas estão corretas. Mas, se ambas estão corretas, por que eu escolho escrever conforme a norma culta? Seria por receio de como um texto em

pretoguês seria recebido na Academia ou por não abrir mão do domínio que conquistei sobre a linguagem escrita? Essa problematização dá pano para manga e, em momento oportuno, pretendo elaborá-la melhor, mas não poderia deixar de mencioná-la.

Considero o ato de escrever academicamente um ato de coragem, principalmente quando abduco de mascarar minha subjetividade por trás de uma falsa neutralidade. Embora a localização da/do pesquisador/a ao textualizar sua pesquisa seja uma premissa fundamental da própria prática etnográfica, busco aqui dar um passo além. Não me refiro somente a minha autoridade etnográfica enquanto pesquisadora; falo, também, sobre os processos corporificados que me atravessam. É por esse motivo que considero urgente abrir este espaço para justificar o que compreendo por uma escrita etnográfica situada.

A partir da minha experiência etnográfica e das minhas observações empíricas na universidade, principalmente na Pós-Graduação, afirmo que o percurso da escrita situada se configura, para pessoas negras, indígenas e de classe popular, como algo que vai muito além de vencer um desafio ou conquistar a ‘autoridade etnográfica’: ele se constitui como uma forma de materialização da sua própria agência.

Portanto, o percurso da escrita situada é permeado por um processo de autorrecuperação: “é um ato de se tornar sujeito” (hooks, 2019, p. 57). Quando saímos do lugar de objeto para a condição de sujeito, estamos descolonizando nossa escrita, pois tal atitude “emerge como um ato político (...) eu me torno narradora e a escritora da minha própria realidade, autora e autoridade da minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminedou” (Kilomba, 2020, p. 28). Nesse sentido, na escrita etnográfica, compreendo que fazer oposição ao sistema colonial não significa abrir mão dos diálogos com autores do Norte Global; significa problematizá-los e ampliar seu repertório para a interpretação sobre “o outro e o eu”.

Desenvolver a capacidade de estranhar inclusive o “eu” – quem eu sou e como me posiciono na construção dessa escrita e na formulação de interpretações que dialoguem com a minha realidade – não é pensar a etnografia com um olhar distanciado, e sim lançar um olhar “de perto e de dentro”. Conforme propõe Magnani, “resgatar um olhar de perto e de dentro capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, qualifiquei como de fora e de longe” (2002, p. 17).

Na escrita etnográfica situada, os atravessamentos não ocupam espaço de forma desordenada; eles são a própria estrutura na construção do texto, tanto no sentido do que foi

escrito, quanto daquilo que não foi dito, mas que interessa ao exercício da escrita. As subjetividades, interseccionalidades e limites apresentam-se nesse processo como algo intrínseco. Nesse processo de escrita etnográfica situada, cabe considerar a intersecção entre os marcadores estruturais (raça, gênero, classe, território etc.) da pessoa pesquisadora e da pessoa participante da pesquisa. Cabe pensar na palavra falada tanto por você, quanto pelo outro, buscando compreender o jogo de oralidade expressado nas vivências de dentro e fora da pesquisa de campo – seja, por exemplo, refletindo sobre “pretuguês”, o sotaque regional, as gírias, o pajubá ou outras expressões. Pontuo que não é nativo somente o que o outro fala; aquilo que falamos também pode ser nativo para o outro.

Comportam, ainda, na escrita etnográfica situada as dores e as resistências do campo; e cabe, fundamentalmente, a própria história de vida da/o pesquisador/a. Esta última desenha-se por meio de uma reflexividade antropológica na qual se busca entender o outro sem deixar de pensar no eu. O desafio, contudo, é não cair na armadilha de confundir a escrita etnográfica com a escrita autobiográfica, falando somente sobre si sem se conectar com o outro ou com o campo estudado. Não podemos negar nossos atravessamentos, pois fazê-lo seria produzir uma ilusão eurocêntrica. Usar a língua do colonizador não deve ser sinônimo de ser colonizado quando o objetivo é *contracolonizar* (Bispo, 2023). Precisamos, primeiro, compreendê-la, entender sua interferência política no cotidiano e nas relações para saber tecer a crítica a ela e, se necessário, se contrapor.

Reconhecer esses atravessamentos é contestar a ideia de da escrita etnográfica como mero resultado da pesquisa de campo, e problematizar seus limites relacionais, éticos e criativos, evidenciando que o conhecimento produzido emerge do entrelaçamento de vozes, corpos e experiências socialmente marcadas. O objetivo nesta breve exposição consistiu em iniciar o tecer de uma reflexão acerca das inter-relações entre o “outro” e o “eu” na escrita etnográfica, compreendendo-a como um espaço de produção de subjetividade. Busquei nesta exposição reflexiva, pincelar os tensionamentos, fronteiras e potencialidades, colocando o que defino como escrita etnográfica situada como um espaço ético, político e de alteridade. Nele, o conhecimento se consolida a partir da fricção e do diálogo entre diferentes saberes, trajetórias e narrativas.

Por fim, para responder à questão apresentada – “Quantos atravessamentos cabem na pesquisa?” –, afirmo que não é possível quantificá-los ou qualificá-los com precisão. É necessário compreender que, além da subjetividade que atravessa a escrita etnográfica, o ato de

escrever também tensiona seus limites e situa a pessoa pesquisadora como sujeito interseccionado. As singularidades pessoais, as interseccionalidades e os limites da pesquisa não operam de modo separado; ao contrário, refletem-se diretamente em nosso lugar social. Como pessoas atravessadas por marcadores interseccionais, os limites que nos constituem no mundo são, inevitavelmente, também aqueles que condicionam nossa escrita, a qual é igualmente moldada e tensionada pelas próprias limitações da nossa experiência individual e da pesquisa de campo.

Referências bibliográficas

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BISPO, Nêgo. *Colonização, quilombos: modos e significações*. 2. ed. Brasília: AYÔ, 2023.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília. v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA. H. B. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 271-312.

EVARISTO, Conceição. Escrivivência: a escrita de nós. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado (org.). *Escrivivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOOKS, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

RAGO, L. M. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.